

Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX.¹

Janaina Cardoso de Mello

Doutoranda em História Social - UFRJ

Professora Assistente de História do Brasil - UNEAL

E-mail: janainamello@uol.com.br

RESUMO: Grande parte da atividade dos trabalhadores escravos nas províncias de Pernambuco e Alagoas era voltada desde o período colonial para a economia do açúcar, consistindo em afazeres intensivos diretamente relacionados ao cultivo da terra e à produção do engenho. A multiplicidade de etnias africanas reelaborava uma rede de solidariedades mútuas no dia a dia de sua vivência como cativos, espreitando brechas para articular uma resistência possível ao cerceamento de sua liberdade, à “coisificação” de suas vidas. A territorialidade que no passado abrigara o quilombo dos Palmares mantinha, após sua destruição, mocambos esparsos que sustentavam a resistência negra na floresta. A mata se tornava um espaço de insurreição que revivificava o processo de luta por liberdade e posse de um pedaço de terra para o cultivo dos roçados. Em 1832 eclodiu nas matas do sul de Pernambuco e norte de Alagoas uma rebelião rural intitulada cabanada devido a participação de segmentos populares que residiam de forma precária em palhoças de terra batida. Entre 1834 e 1835 os negros *papa-méis* (fala regional que definia os escravos fugitivos que se alimentavam de mel silvestre nas matas) tornam-se a quase totalidade da revolta cabana sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula. A guarda-negra papa-mel irá constituir uma identidade de “povos das matas” assumindo o risco de uma morte em combate, porém preservando sua liberdade insurrecional para constituir um espaço de sobrevivência entre roçados e a prática do despique até 1850.

PALAVRAS-CHAVE: Cabanada; negros papa-méis; escravidão; etnias

¹ Esse artigo faz parte da minha tese de doutoramento em História Social pela UFRJ, intitulada: O medo da guerra eterna! Resistência e negociação na cabanada (1832-1850), sob orientação dos Profes. Dr. Marco Luis Bretas e Dr. Marco Morel.

ABSTRACT: Much of the activity of the slave workers in the provinces of Pernambuco and Alagoas was focused from the colonial period to the economy of sugar, consisting of intensive metier directly related to the cultivation of land and the production of ingenuity. The multiplicity of ethnic African elaborated a network of mutual solidarity on the day of his experience as captives, hiding gaps to articulate a resistance to the possible curtailing of their freedom, "making thing" of their lives. The territoriality that in the past sheltered the quilombo dos Palmares had, after its destruction, mocambos sparse claimed that the resistance in the black forest. The forest became an area of insurgency that make living the process of struggle for freedom and possession of a piece of land for the cultivation of planting. In 1832 broke out in the woods south of Pernambuco and Alagoas north of a rebellion rural entitled cabanada due to participation of popular segments that resided on a precarious in houses of straw to hit land. Between 1834 and 1835 the black pope-honeys (regional talks that defined the slave fugitives who fed the honey in the wild woods) become almost the whole of the revolt hut under the leadership of mulato Vicente Ferreira de Paula. The guard-honey-black pope will be an identity of "peoples of the woods" assuming the risk of death in combat, but preserving their freedom insurrectionary to be a space for survival between planting and practice of despique until 1850.

KEYWORDS: Cabanada; black pope-honeys; slavery; ethnicities

Grande parte da atividade dos trabalhadores escravos nas províncias de Pernambuco e Alagoas era voltada desde o período colonial para a economia do açúcar e consistia, portanto, em afazeres intensivos com empenho diretamente relacionados ao cultivo da terra. O engenho era uma estrutura econômica relativamente complexa, e demandava, por isso, certo número de trabalhadores qualificados; mas estes eram um percentual pequeno do número total de pessoas engajadas na produção açucareira. De acordo com Antonil:

os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente²

Os estudos de Manuel Diegues Júnior revelam ao final do século XVI a Bahia e Pernambuco como os dois principais núcleos canavieiros responsáveis por grande parte da exportação de açúcar brasileiro. Em Pernambuco a expansão política e territorial encontra no engenho e na plantação as bases para a colonização e permanência do povoamento que se inicia de Olinda para o norte³.

A expansão dos engenhos na economia brasileira demonstra ter sido esta, principalmente ao norte do país, uma atividade essencial cuja busca pela melhoria e valorização da produtividade marcaria o empenho de seus proprietários. Citado por Manuel Diegues Júnior, Frei Vicente do Salvador relacionou um quantitativo de engenhos no Brasil antes da ocupação holandesa em Pernambuco, como pode ser observado na tabela 1.

2 Antonil, André João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976, p.89.

3 Diegues Júnior, Manuel. O Engenho de açúcar no nordeste. Documentário da vida rural. Maceió: UFAL, 2006. p.16.

Tabela 1: Quantitativo de Engenhos no Século XVII

Localização	Engenhos
Pernambuco	100
Itamaracá	18 ou 20
Paraíba	Indefinido
Bahia	50
Rio de Janeiro	40

Fonte: Tabela organizada a partir dos dados fornecidos por Frei Vicente do Salvador. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel. O Engenho de Açúcar no Nordeste. Documentário da Vida Rural. Maceió: UFAL, 2006. p. 17.

A relação expõe a grande participação da empresa açucareira no nordeste, configurando aproximadamente 140 engenhos nessa espacialidade, de um total de 230 engenhos no Brasil, o que corresponde a mais de 50% da produtividade⁴. Entretanto a montagem e conservação desse tipo de vetor econômico não era tarefa de fácil empreitada, como afirma Elcio Verçosa a respeito da instalação destes em Alagoas:

Um engenho exigia uso intensivo de mão-de-obra, começando com a construção da fábrica e derrubada da mata para o roçado, e seguindo com sua manutenção, essa ainda mais custosa, que requeria braços para plantar, limpar, cortar e tombar a cana, para cortar e carregar a lenha para as caldeiras, para limpar os instrumentos de fabricar o açúcar, sem contar com os serviços domésticos. Sendo o indígena local irredutível ao cativo e refratário ao tipo de trabalho que o engenho exigia, junto com o senhor de engenho vai vir o escravo africano para o trabalho de cultivar a cana, fabricar o açúcar e cuidar dos demais serviços braçais da casa grande.⁵

Nesse entremeio “engenho-casa grande” se configura a sociedade alagoana, com suas famílias patriarcais que constituem o emblemático “ruralismo urbano” ao qual se referiu Diegues Júnior, pela acentuada influência exercida na cidade pelo ambiente rural.

4 Ibidem, p.17.

5 Verçosa, Elcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas. História, histórias. Maceió: EDUFAL, 1997. p.45.

Relação que se fundamenta no interesse das “famílias do açúcar”, como centro do poder local, sobre o restante do contingente populacional da região.⁶

Manolo Florentino ao trabalhar as relações do comércio de escravos entre a África e o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, apreende a lógica do sistema escravista vinculada à territorialidade brasileira nos aspectos políticos, sociais e econômicos. Segundo o historiador:

(...) o comércio atlântico de almas exercia uma dupla função estrutural (isto é, recorrente no tempo). No Brasil era o principal instrumento viabilizador da reprodução física dos escravos (...), especialmente em áreas intimamente ligadas ao mercado internacional em expansão. Por outro lado, (...) tal viabilização era necessariamente precedida pela reprodução social do cativo na África, processo marcado por duas dimensões. A primeira, de conteúdo político-social, tinha por móvel a cristalização da hierarquia social e das relações de poder nas regiões africanas mais ligadas à exportação de homens. A segunda, econômica *strictu sensu*, está relacionada à forma pela qual se dava esta produção (a violência), que permitia ao fluxo de mão-de-obra realizar-se a baixos custos.⁷

A utilização da mão de obra escrava ao norte do país havia sido a opção corrente desde os primeiros aportes de navios negreiros na América Portuguesa. As lavouras de cana de Pernambuco, Bahia e Alagoas necessitavam desse material dinamizador das relações produtivas. Era ele, o escravo, tornado foice, enxada e força motriz nos engenhos, concretizava a purgação do açúcar, bem como a lucratividade dos proprietários da região.

No período de ocupação holandesa em Pernambuco, as terras do norte alagoano receberam escravos vindos de Angola para desempenharem seus trabalhos nas lavouras de açúcar e nos trabalhos do Empório da Barra Grande fundado pela *West-Indische Compagnie* (WIC), a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, destinado a venda de produtos de primeira linha como fazendas européias, azeites e demais mercadorias aos habitantes de condição financeira abastada. Ao tratar dessa espacialidade, Dirceu Lindoso chama a atenção para o relatório de 5 de janeiro de 1634 elaborado por Van Ceulen e Johan Gyselingh, localizando a Barra Grande como um ancoradouro de navios negreiros:

6 Ibidem, pp.49-50.

7 Florentino, Manolo. Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.9.

(...) incendiámos um navio de bom tamanho, vindo de Angola com 300 negros para a Barra Grande, onde haviam sido desembarcados os negros; mas esse navio vendo que nos dirigíamos para Barra Grande, saiu de lá e entrou em Porto das Pedras; aí os portugueses o abandonaram.⁸

Reportando-se ainda ao relatório intitulado *Breve Discurso sobre o estado das quatro capitánias conquistadas*, escrito pelos holandeses em 1638, Lindoso descortina a preferência pela importação de escravos angolanos no nordeste. Segundo os relatos:

os de Angola são aqui tidos pelos melhores, já porque melhor se prestam ao trabalho e já porque, sendo recém-chegados, melhor são instruídos pelos negros velhos, pois que eles entendem a língua uns dos outros. Os que porém a Companhia obtém na costa de Ardra são cabeçudos, tardos e difíceis de se empregar no trabalho, se bem que, quando querem fazê-lo, trabalham muito mais do que os Angolas. A princípio não sofrem nenhum governo rigoroso, levam-se todos no campo contra os feitores que os dirigem e os moem de pancadas, ao que dá causa falarem eles uma língua que os nossos velhos não entendem, nem pessoa alguma, resultando daí equívocos...Sem tais escravos não é possível fazer alguma coisa no Brasil: sem os engenhos não podem moer, nem as terras são cultivadas, pelo que necessariamente devem haver escravos no Brasil e por nenhum modo podem ser dispensados.⁹

A despeito dos escassos trabalhos que versam sobre as origens africanas dos negros que foram escravizados em Alagoas, a fala dos holandeses permite apreender a presença de negros angolanos na região norte da província, bem como um canto popular alagoano, referente às plantas encontradas em alguns arraiais cabanos demonstra a procedência de negros do Congo nessa territorialidade:

É de Congo, é de Congo,
Êi, congá
Êi, congá
Rê, rê, é de Congo.¹⁰



8 Lindoso, Dirceu. A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 -1850). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.301

9 Ibidem, p.310.

10 Duarte, Abelardo. Folclore negro das Alagoas (Áreas da cana -de-açúcar). Maceió: DAC, 1974, p.218.

Ainda no relatório de Van der Dussen, em 1639, além das referências aos angolanos e aos ardras como seu contraponto, também os calabares são descritos como menos estimados que os ardras, por não manifestarem interesse ou coragem pelo trabalho. Os negros da Guiné a Serra Leoa e Cabo Verde são apresentados como limpos e vivazes, embora não muito trabalhadores, acentuando -se uma preferência pelo uso das mulheres nos serviços domésticos.¹¹ Características presentes na tipologia social dos escravos realizada pelo inglês Henry Koster.

A análise da tabela 2 permite identificar no olhar do viajante as opiniões correntes que vinculavam uma idéia de naturalidade ao cativo e trabalhos intensivos a serem realizados pelos negros vindos do continente africano, sendo, portanto aqueles contrapostos a essa ordem, elementos indesejáveis e comprometedores do sistema escravista, por isso o baixo custo das “peças”. Nesse sentido, as etnias que manifestavam sua rebeldia ao processo de transmigração atlântica eram concebidas como perigosas e por isso requeriam uma atenção redobrada dos mecanismos de coerção, á saber, fatores e severos castigos. Também, a compleição física era relacionada ao bom desempenho destes no labor ou à propensão para insurreições. O idioma português era uma forma de sociabilidade, sujeição e controle. Os escravos mais antigos e “adaptados” ao sistema eram encarregados da tarefa de “civilizar” os recém-chegados, conforme as necessidades da sociedade branca. Porém, a resistência fosse pelo suicídio, banzo ou levante mantêm -se entre a maioria das etnias descritas, refletindo o temor dos brancos mediante a perda de capitais investidos como de suas próprias vidas.

Tabela 2: Tipologia Social Escravista do Século XIX.

Angola	Eram cativos no país de origem; possuíam portugueses como senhores em Luanda; mesmo os que outrora foram livres em Angola e vieram como escravos para o Brasil não levantavam tão facilmente à revolta; eram negros de natureza dócil e bons escravos domésticos; esforçavam -se por obter liberdade.
Congo	Eram tratáveis como os provenientes de Angola; eram negros pesados, bons para o trabalho no campo; eram menos inteligentes que os africanos de Angola; mas aprendiam rápido o idioma português.
Rebolos	Eram negros de baixa estatura e robustos, pele fosca e rosto chato; mais obstinados e sujeitos ao desespero que os demais negros escravos.
Gabão	Eram negros recentes no Brasil; vendidos à baixo preço; cogitavam -lhe hábitos antropofágicos; possuíam aspecto mais selvagem que os demais negros;

11 Lindoso, Dirceu. A utopia armada... Op.cit, p.310.

	sujeitos ao desânimo pelo estado de cativo de onde costumavam fugir pelo suicídio ou banzo; eram de difícil catequização pela dificuldade no aprendizado da língua portuguesa; eram de difícil adaptação ao trabalho nas plantações; quando superavam dificuldades de adaptação podiam mostrar-se bem humorados, inteligentes e prestativos; eram negros de talho alto, complexão robusta, rosto mais ou menos achatado e grosseiro.
Moçambique	Eram feios, lânguidos, preguiçosos, propensos à melancolia; a pele é escura com todas as características negras; custavam como escravos um preço bastante baixo; cogitavam-lhe às más qualidades dos negros do Gabão; sem a sua robustez e vigor.

Fonte: Tabela organizada a partir de dados fornecidos por Henry Koster. IN: LINDOSO, Dirceu. *Rebeliões de pobres nas Martas do Tombo Real (1832-1850)* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. pp 310-312.

Nas cidades onde havia uma intensa circulação de homens e mercadorias, como Salvador, Recife, São Luiz e Rio de Janeiro, os escravos de ganho executavam seus serviços como doceiros, sapateiros e uma variedade de outros serviços à espera de contrato. De acordo com Alberto da Costa e Silva:

Em cada uma dessas esquinas, reuniam-se os que se tinham por da mesma nação, ou falavam a mesma língua, ou eram, na África, vizinhos ou culturalmente aparentados, ou eram malungos, ou seja, tinham chegado ao Brasil no mesmo navio. Aqui ficavam os nagôs; ali, os jejes; lá, os cabindas; acolá, os angolas; mais adiante, os moçambiques – identidades que os africanos criaram no Brasil. E entre os seus aparentados e semelhantes ajustavam fidelidades e renovavam os contatos com a África de cada um.¹²

Essa multiplicidade de etnias reelaborava uma rede de solidariedades mútuas no dia a dia de sua vivência como cativos, espreitando brechas para articular uma resistência possível ao cerceamento de sua liberdade, à “coisificação” de suas vidas.

Apoiado nos estudos de Joseph Miller a respeito dos números, origens e destino dos escravos no século XIX, o historiador Marcus Carvalho discorre que em 1810, havia em Pernambuco aproximadamente 49.233 oriundas de Luanda. Ressaltava ainda que em 1819, havia um quantitativo de 939 escravos provenientes de Benguela.¹³

12 Silva, Alberto da Costa e. Um Rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/UFRJ, 2003. p.158.

13 Carvalho, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. Revista Tempo, vol.3, nº6, Niterói: UFF, 1998. In: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf. (22/11/06) p.14.

O quantitativo demográfico relacionando pessoas de origem africana mostrava um crescente em sua reprodução nas terras brasileiras, mesmo que ainda não se realizasse em proporções suficientes para atender às demandas por mão-de-obra nas atividades econômicas. Alberto da Costa e Silva salienta que comparado a cerca de um milhão de escravos em 1850:

no recenseamento de 1872, contavam-se dois milhões de negros e quatro milhões de mulatos, num total de dez milhões de habitantes, a fazer prova de que os negros, africano ou crioulo, se reproduzia como pessoa, sobretudo como liberto ou livre.¹⁴

Esse contingente negro envolve-se nos distúrbios urbanos e rurais que ocorrem em função dos embates políticos nas províncias ao longo do século XIX, ou mesmo em função da busca por uma liberdade possível que aliava escravos e forros. Marcus Carvalho ressalta a referência do viajante *Tollenare* a execução de negros envolvidos em uma sedição no Recife, em 1814.¹⁵ Comenta ainda as brechas abertas pela insurreição de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 que propiciaram oportunidade para a fuga de escravos que encontravam nas matas um espaço privilegiado para erigir seus mocambos:

Onde havia mato, sempre houve gente escondida, mas um volume tão grande de quilombolas perto do Recife só pode ser entendido como resultado das fugas dos cativos dos proprietários que se envolveram naquelas insurreições. Começando quase que às portas das cidades gêmeas de Recife e Olinda, nos morros e florestas dos subúrbios a noroeste delas, os mocambos espalhavam-se pelas matas que serpenteavam entre os engenhos da zona da mata norte, conhecidas pelo nome de floresta do Catucá.¹⁶

Região que terminou abrigando o quilombo de Malunguinho que recepcionava os escravos egressos de engenhos e plantéis de açúcar durante as cisões entre as elites locais.¹⁷ Isto posto que ocorrências como as sedições militares de 1831 e 1832 no Recife, bem como o próprio movimento cabano (1832-1835) ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas alargavam fissuras às quais eram aproveitadas pelos escravos de forma individual ou coletiva que buscavam na vida selvática das matas um espaço de sobrevivência longe da chibata e da rotina exaustiva dos engenhos.

14 Silva, Alberto da Costa e. Um Rio chamado... Op. cit. p. 159.

15 Carvalho, Marcus. Rumores e rebeliões... Op.cit. p.2

16 Ibidem, p.7

17 Ibidem.



Esta territorialidade que no passado abrigara o quilombo dos Palmares mantinha, após sua destruição, mocambos esparsos que sustentavam a resistência negra na floresta. A mata se tornava um espaço de insurreição que revivificava o processo de luta por liberdade e posse de um pedaço de terra para o cultivo dos roçados, nesse sentido:

a importância das matas é notável quando se pensa na vida de sociedades "excluídas da história". As florestas foram uma presença estratégica tanto para a sociedade quilombola no século XVII quanto para os revoltosos cabanos do século XIX. Nesses episódios, a mata atuou como um terceiro personagem; foi cenário de lutas e lugar de refúgio e de sobrevivência, detendo daí grande poder de representação. Por isso a floresta é responsável pela geração daquilo que Manuel Diégues Júnior (1958) denominou "ciclo do caboclo" no folclore alagoano, que levou à criação de personagens como a Caipora, o Pai-da-mata, as fulôzinhas, o Curupira, entre outros. Representações construídas a partir de elementos que o imaginário da mata produzia e despertava coletivamente. É também no Vale do Mundaú que se dá a maior recorrência de manifestações do folclore negro de Alagoas, segundo nos indica Abelardo Duarte (1975).¹⁸

A existência desses mocambos no interior das matas revela a constituição de uma rede de solidariedades pluriétnicas entre os pobres das matas (negros papa-méis, índios e caboclos) que buscam nessa espacialidade a fuga da escravidão, da servidão, do

18 CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. Horiz. Antropol., Porto Alegre, v.12, n.25, 2006. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100011&lng=en&nrm=iso. (16/12/2006).

recrutamento forçado aos contingentes militares e dos aldeamentos compulsórios. Embora cada um desses elementos possuísse suas especificidades e contrastes, na Guerra dos Cabanos de 1832, a unidade guerrilheira entre estes tem como base as privações de ordem econômica, social e mesmo cultural aos quais estavam sujeitos enquanto pertencentes aos segmentos mais desvalorizados da sociedade.

Em 1832 eclodiu nas matas do sul de Pernambuco e norte de Alagoas uma rebelião rural intitulada Cabanada devido a participação de segmentos populares que residiam de forma precária em palhoças de terra batida. A documentação oficial do governo provincial pernambucano relatava às autoridades centrais:

Panelas por cujo interior se derramavam os desgraçados rebeldes, he hum território de inacessíveis montanhas, e coberto de gigante arvoredo; poucos homens práticos d'aquelles lugares, grimpendo pelos outeiros, fazem repentinamente fogo estragador sobre os nossos caçadores e fogem por pequenos e quase intranzitaveis trilhos¹⁹.

Esse movimento social provinha das tensões entre os grupos políticos regionais compostos por liberais (exaltados e moderados) e restauradores absolutistas. Pois com a elevação do governo moderado à Regência, muitos Senhores locais haviam perdido posições importantes que ocuparam até a abdicação de D. Pedro I, a exemplo de Torres Galindo, o ex-capitão mor da vila de Santo Antão e responsável pela condução dos primeiros conflitos que desencadearam a guerra no interior das duas províncias do norte do país.²⁰

Outros chefes locais restauracionistas, como João Batista de Araújo, proprietário de terras em Barra Grande (Alagoas), empenharam-se na sublevação da população rural que contava com a participação de pequenos proprietários, posseiros, libertos e escravos acompanhados por seus senhores.

Após um incidente relacionado ao recrutamento forçado e apropriação de terras indígenas no qual o cacique Hipólito Nunes Bacelar foi assassinado durante sua prisão

19 Ofício do governo de Pernambuco ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em 10/11/1832. A citação faz parte das transcrições que compõem o acervo documental do pesquisador Manuel Correia de Andrade compreendendo sua pesquisa na seção de manuscritos do Arquivo Público Jordão Emerenciano (PE). O referido material gentilmente cedido pelo autor, encontra-se sob minha guarda pessoal. Optou-se pela manutenção do linguajar original em todas as transcrições.

20 ANDRADE, Manuel Correia de. A guerra dos Cabanos. Recife: UFPE, 2005, pp.49 -51

por tropas do governo, os índios do aldeamento localizado às margens do rio Jacuípe aderiram ao movimento cabano.

A participação de pobres no movimento cabano defendendo o retorno de Pedro I ao trono brasileiro contrastava-se com outros movimentos sociais do período como a cabanagem (PA) ou a Balaiada (MA) nos quais os segmentos populares engajavam-se em torno de grupos liberais exaltados que defendiam propostas republicanas. Por isso a cabanada permaneceu durante muito tempo obscura na historiografia brasileira que apenas ressaltava seu caráter reacionário sem perceber as complexidades em jogo.

A guerra cabana eclodiu num momento em que as tendências liberais em divergência não trouxeram melhorias significativas à vida dos homens e mulheres simples do campo. Logo, suas idéias eram vistas com desconfiança, enquanto a imagem do príncipe, “deposto arbitrariamente” em sua concepção, se fortalecia na tradição do “pai protetor”. Concepção percebida nas palavras do líder cabano Vicente Ferreira de Paula:

Adoramos o nosso Imperador o Senhor D. Pedro Primeiro, respeitamos o seu Augusto Filho, porém odiamolo no caráter de Imperador, porque seu Pai não abdicou à Coroa Brasileira por sua espontânea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo o Brasil conhece!²¹

Dessa forma as lideranças *caramurus* aliavam tradição à brechas possíveis para conquistas sociais mais amplas. Sob esse aspecto afirma Edward P. Thompson que: “(...) quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais”.²²

A diversidade étnica e de classes sociais que caracterizou esse movimento aponta para a defesa de tradições que eram apropriadas diferentemente por seus partícipes. De um lado os proprietários rurais desejavam manter seus privilégios e comando político, revertendo a situação de alijamento de funções politicamente valorizadas na província. De outro lado, as camadas pobres desejavam assegurar seu acesso às terras de florestas (que em momentos de extrema escassez de víveres lhes

21 Carta de 20 de dezembro de 1834, publicada pelo Diário da Administração Pública, de 5 de janeiro de 1835, alocado no setor de documentação microfilmada da Fundação Joaquim Nabuco.

22 THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p.19

garantia frutos, peixes e mel consumidos como única fonte de sobrevivência alimentar), uma vez que se intensificava o processo de avanço da economia açucareira sobre as matas incultas.]

Ao trabalhar a reivindicação dos costumes nas sociedades rurais inglesas do século XVIII, Thompson ressalta a ambivalência deste e sua melhor compreensão a partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, enquanto um ambiente que incluía práticas, expectativas transmitidas, regras que impunham limites, mas também possibilidades:

No contexto desse habitus, todos os grupos procuravam maximizar suas vantagens. Cada um se aproveita dos costumes do outro. Os ricos empregavam os seus bens, todas as instituições e o temor respeitoso da autoridade local. Os fazendeiros medianos, do tipo pequeno proprietário rural, influenciavam os tribunais locais e procuravam redigir regulamentos mais rigorosos que servissem de barreiras contra grandes e pequenos abusos; podiam também empregar a disciplina das leis de assistência aos pobres contra os que estavam abaixo deles na escala social, e de vez em quando defendiam os seus direitos contra os ricos e poderosos na justiça. Os camponeses e os pobres empregavam atos furtivos, o conhecimento de cada arbusto e atalho, e a força de seu número.²³

Assim, para além do marxismo clássico que incide na definição de classes ajustadas a sua localização na estrutura econômica em relação aos meios de produção, os estudos de Thompson abriram um novo espaço para uma concepção mais plural que percebe as relações inter e intragrupais.

Alicerçado por esse viés interpretativo, o estudo da cabana da opera uma nova dimensão que implica na observância de valores cotidianos, usos e negociações possíveis.

Entre 1834 e 1835 os negros *papa-méis* (fala regional que definia os escravos fugitivos que se alimentavam de mel silvestre nas matas) tornam-se a quase totalidade da revolta cabana sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula. A rígida disciplina militar com a qual conduzia as forças cabanas e o aldeamento do Riacho do Mato Frio era proveniente do período em que fora soldado. Procurava ser reconhecido como

23 Ibid, p. 90 (grifo do autor)

Comandante-geral da Força Restauradora, general das Forças Realistas ou Capitão de Todas as Matas.²⁴

Dessa forma, a representação que ele criava de si mesmo era alicerçada pela defesa dos postulados absolutistas, pregando fidelidade ao ex-imperador do Brasil e professando a fé católica. Era ele aquele que à frente dos cabanos restauraria o trono ao seu “legítimo” dono: Pedro I. Seus pontos de vista foram colocados em uma carta de 1834, na qual afirmava: “eu trabalho na religião sancta edefendo a o sr. Dom Pedro primeiro ou quem suas vezes fizer vindo assignado pelo mesmo Sr. Que Deos o Guarde”.²⁵

A guarda-negra papa-mel irá constituir uma identidade de “povos das matas” assumindo o risco de uma morte em combate, porém preservando sua liberdade insurrecional para constituir um espaço de sobrevivência entre roçados e a prática do despique até 1850.

Para essa parcela populacional só restaria o retorno ao cativeiro em caso de capitulação, por isso permanecer de armas em punho era a única alternativa ao sistema escravista que se perpetuava no Brasil oitocentista.

As ações da guarda-negra papa-mel eram marcadas por saques às plantações vizinhas, das quais retiravam víveres e escravos, além de manterem vivo o costume do despique com o consentimento de Vicente Ferreira de Paula.

Isto posto que o período regencial, envolto em variados conflitos entre os diferentes grupos políticos locais, fragilizara uma sociedade cujo temor de insurreições escravas e ofensivas militares eclodindo em vários cantos do país abria brechas a ataques menores. Ao estudar a realidade da Bahia, João José dos Reis e Eduardo Silva afirmam que:

Os negros parecem atentos e, por toda a parte, agem nos momentos mais oportunos, quando a sociedade está dividida, seja por guerra de invasão, se já por dissensões internas (...). Muitos, por toda a parte e em todos os períodos, aproveitam-se das desarrumações da casa.²⁶

24 ALMEIDA, Luis Sávio de. **Memorial biographico do Capitão de Todas as Matas**. Tese de doutorado UFPE, Recife: 1995.

25 Carta de 20 de dezembro de 1834, publicada pelo Diário da Administração Pública, de 5 de janeiro de 1835 no setor de documentação microfilmada da Fundação Joaquim Nabuco.

26 REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p.74

Assim também agiam os segmentos cativos de Alagoas e Pernambuco em busca de uma sobrevivência nas matas. Fugir ou ser resgatado de um engenho de açúcar possibilitava novas formas de sociabilidade.

Por isso a identidade do grupo não está dada porque o mesmo é formado majoritariamente por negros fugitivos, convivendo com poucos índios e mestiços, casos que evidenciam diferentes posições na estrutura social, uma vez que a liberdade tolhida aos escravos não o era com relação aos indígenas ou lavradores livres que participaram da cabanada e permaneceram na região fronteira de Pernambuco e Alagoas no pós-guerra.

O rearranjo de seu ambiente tradicional promove a desconfiguração do que outrora representara clivagens entre os atores sociais. Assim, a partilha de terras no Riacho do Mato, a liderança de Vicente Ferreira de Paula e a posse de terras para subsistência são nutridas por uma negociação simbólica entre as partes envolvidas. A cor da pele ou a nomenclatura dos habitantes das matas são substituídas naquele local, mesmo que temporariamente, pela designação de “povos das matas”. Deste modo são reconhecidos pela sua liderança imediata, como também pelas forças do governo que os observam à distância.

Nesse aspecto, pode-se compreender que a complexidade das relações interétnicas entre os cabanos, aliada a solidez dos laços estabelecidos tornava a fidelidade ao projeto de sobrevivência nas matas, constantemente ameaçado pelo avanço dos canaviais, uma questão de sobrevivência coletiva.

Eduardo França Paiva, em seus estudos sobre Minas Gerais setecentista, já havia apontado um esforço individual e coletivo para atenuar a violência e a desumanidade do escravismo:

Uma boa estratégia para usufruir de alguns privilégios reservados aos livres foi, certamente, facilitar a miscigenação étnica e o sincretismo cultural e religioso. A partir daí e distante do poder institucionalizado ou das regras de classificação social mais visíveis, instala-se um sistema de influências mútuas, uma verdadeira via cultural de mão dupla, que atenua a discriminação.²⁷

Herança do escravismo colonial, no período regencial os escravos buscavam formas de resistir ao sistema que ainda perdurava em bases violentas. A negociação

27 PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**. Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2000, p.196

insere-se então no quadro de atitudes cotidianas na qual se desenvolvia um processo de incorporação dos modos de vida brancos (em muitos casos muito mais uma teatralização do que sua real aceitação), mas, sobretudo compreendendo uma reelaboração desses valores a partir da experiência de negros e mestiços.

Essas resignificações culturais não se limitavam ao círculo das camadas populares, mas sim transmigravam para as classes abastadas como artifício de interação que não se restringia a uma simples relação de forças entre dominantes e subordinados. Até porque, havia uma rede de relações sociais muito mais plural, cuja plasticidade de interpretações e vivência tornava possível uma intermediação entre mundos desiguais.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Luis Sávio de. **Memorial biographico do Capitão de Todas as Matas** . Tese de doutorado UFPE, Recife: 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos Cabanos** . Recife: UFPE, 2005

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976

CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Revista Tempo**, vol.3, nº6, Niterói: UFF, 1998. In: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq6-5.pdf. (22/11/06) p.14.

CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v.12, n.25, 2006. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832006000100011&lng=en&nrm=iso. (16/12/2006).

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Engenho de açúcar no nordeste. Documentário da vida rural**. Maceió: UFAL, 2006.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas (Áreas da cana-de-açúcar)**. Maceió: DAC, 1974

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII. Estratégias de resistência através dos s testamentos**. São Paulo: Annablume, 2000

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 2005

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/UFRJ, 2003.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional.
São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas. História, histórias**.
Maceió: EDUFAL, 1997.